



Inventários de um mosaico: Representação espacial e olhar corográfico no Brasil, século XIX.

Inventories of a mosaic: Spatial representation and chorographical perspective in 19th century Brazil

CASTRO, Pérola Maria Goldfeder Borges de ¹

Resumo: O artigo trata das representações espaciais do Império brasileiro sob a perspectiva do olhar corográfico oitocentista. Por meio da análise de três opúsculos impressos nas primeiras décadas do século XIX, buscamos compreender como transformações no arranjo espacial do Império influenciaram na maneira de se enxergar o território e distinguir suas partes. A tese principal esboçada no artigo é a de que ao representar e inventariar o espaço, as corografias oitocentistas promoveram verdadeira *invenção* do Império Brasileiro e de suas especificidades regionais.

Palavras-chave: Representação espacial; Olhar corográfico; Política imperial.

Abstract: This paper deals with spatial representations of the Brazilian Empire under the

1. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História Econômica – FFLCH/USP e Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP. Endereço Institucional: Avenida Professor Lineu Prestes, 3380 – Cidade Universitária – USP – São Paulo – Brasil. E-mail: perolagold@yahoo.com.br.

Recebido em: 12/02/2016
Aprovado em: 22/07/2016

perspective of 19th century chorography. In analysing three important works published during the first 19th century decades, we aim understand how the transformations in Brazilian special arrangement had affected the ways of recognizing territory and their parts. At least, the main idea exposed in this article is that in representing the space, 19th century corographies had promoted the special *invention* of Brazilian Empire and its parts.

Key-words: Spatial representation; Chorographical perspective; Imperial politics.

Introdução: espaço, território e representação

A emergência do Estado imperial brasileiro durante a primeira metade do século XIX foi um fenômeno que não coincidiu com a consolidação de uma identidade política propriamente nacional. Nos anos posteriores a sua independência, o Brasil ainda figurava no conceito do mundo como uma construção política recente, uma invenção de políticos locais que ainda não era depositária de efetiva adesão patriótica por parte de seus habitantes. Para agravar o quadro, nas províncias que compunham o novo arranjo institucional, o território encontrava-se fragmentado num sem número de identidades regionais, muitas delas díspares entre si e refratárias às iniciativas de uniformização.

Como ocorreu, então, o estabelecimento de certos vínculos políticos nacionais de maneira que tenha sido possível a montagem de um mosaico,² mesmo que imperfeito, do Império do Brasil? Nossa proposta neste artigo é estudar os aspectos históricos desse fenômeno relacionados ao conhecimento, representação e produção do espaço.

Em uma primeira definição, o *espaço* pode ser concebido como a unidade elementar sobre a qual se estruturam categoriais de organização mais amplas e sofisticadas como região, território, Estado, país etc. Sua identidade é definida, entre outros fatores, pelo embate entre os limites naturais e culturais que o compõem.

No universo léxico sistematizado por Raphael Bluteau na primeira metade do século XVIII, o espaço distingue-se em três tipos diferentes, a saber: 1) Espaço criado, em cujas dimensões estão contidos o Universo e suas partes; 2) Espaço sagrado, ou domínio da estância divina e 3) Espaço imaginário, “que é todo aquele vão, que fora dos limites, e circunferencia do mundo todo se pode representar a nossa imaginação” (BLUTEAU, 1728, p.252). Percebemos, assim, que os intelectuais do Setecentos já empregavam o termo espaço em diferentes circunstâncias, estando atento à relação entre imaginário e representação espacial.

Comumente atribuiu-se à História temáticas relacionadas ao domínio do tempo, enquanto delegou-se à Geografia responsabilidade pelo estudo dos fenômenos espaciais. Esta secção hierarquizada de conhecimentos, atualmente posta em questão, nem sempre correspondeu aos modelos de pensamento do passado. Durante muito tempo, essas disciplinas foram maneiras equivalentes de pensar, indissociáveis esquemas subjetivos que coordenavam e integravam os fenômenos perceptíveis da natureza.

2. O termo “mosaico” é utilizado nesse artigo de maneira semelhante à utilizada por István Jancsó e João Paulo Garrido Pimenta no artigo “*Peças de um mosaico* (ou apontamentos para o estudo de emergência da identidade nacional brasileira)”. Segundo esses autores, é consensual a afirmação do descompasso entre os processos de independência política e da consolidação da unidade territorial, de vez que as diversas provinciais de que se compunha território brasileiro não partilhavam identidades político-culturais. Cf. JANCÓS, PIMENTA, 2000, p. 129 – 175.

O século XIX pode ser visto como um momento de crescente historicismo e, conseqüentemente, de progressiva valorização do tempo em detrimento da variável espacial, no caso da disciplina histórica. Neste processo, nas palavras de Michel Foucault, “O espaço foi tratado como o morto, o fixo, o não-dialético, o imóvel. O tempo, ao contrário, foi a riqueza, a fecundidade, a vida e a dialética” (FOUCAULT, 2004, p. 14) (tradução nossa). Não que a produção histórica fosse desprovida de espacialidade; a localização dos fatos era dado de imensa importância para os historiadores daquele período. Entretanto, predominava a concepção de que a Geografia era disciplina auxiliar da História: enquanto aquela preparava o cenário, esta ditava o roteiro das ações.

A predileção dos historiadores oitocentistas pela periodização do mundo continuaria pelo século XX a enquadrar o pensamento crítico moderno, fundamentando, inclusive, o status da História em meio à plêiade de disciplinas das Ciências Sociais. Demorar-se-iam décadas para que os historiadores³ percebessem as possibilidades de se estudar sociedades pretéritas pela perspectiva do espaço.

O avanço nos estudos históricos desse tipo foi em parte possibilitado pelas significativas contribuições da teoria relativista, cujo maior expoente, nas Ciências Matemáticas, foi o físico austríaco Albert Einstein. Sua ideia de inexistência de um espaço absoluto possibilitou a consideração de múltiplas espacialidades. Sob esta perspectiva, houve considerável ampliação da concepção de espaço, que passou a designar não apenas realidades físicas ou sociais, como também representações imaginárias e campos discursivos.

Hoje em dia, é consensual que o trabalho do historiador não incide sobre o espaço *per se*, mas sim sobre a história de suas apropriações, transformações e representações ao longo do tempo. Ademais, a autonomia entre os espaços físico, social e mental não se dá por uma secção rígida dessas instâncias, mas sim pelo intercâmbio contínuo entre elas.

As variáveis de *espaço* e *tempo* devem ser, portanto, compreendidas em sua dimensão de complementaridade. Tal como nos propõem Edward Soja em *Geografias Pós-modernas*, as análises históricas que versam sobre questões relacionadas à espacialidade devem buscar uma compreensão dialética entre espaço, tempo e ser social (SOJA, 1997, p. 2).

Quanto às *representações*, podemos caracterizá-las como componentes de um universo mental que se interpõe entre nossas sensações e a imagem construída acerca de determinada realidade. Por serem construções sociais, as representações fornecem aos homens subsídios interpretativos para a apreensão do real, fundamentando valores e instituições normativas. Complementando esta definição, acreditamos que toda representação espacial, desde a carta de um Império até a planta de uma habitação, possui uma dimensão política, de vez que visa enquadrar determinado espaço a diferentes dinâmicas de poder.

Outra característica importante das representações espaciais – diz Jacques Revel –, é que elas são construções coletivas: mesmo que a autoria de um mapa seja atribuída a uma pessoa apenas, essas representações estão relacionadas a tradições literárias, convenções gráficas e projetos políticos que extrapolam a produção individual (REVEL,

3. Esforço pioneiro nesse sentido pode ser atribuído a Fernand Braudel em seu projeto historiográfico à frente da Escola dos *Annales* entre as décadas de 1950 e 1960. Cf.: BRAUDEL, 1996.

1989, p. 104). Sendo assim, os corógrafos, viajantes e jornalistas que descreveram a região sul-mineira no Oitocentos são, todos, representantes do paradigma que denominamos “gênero corográfico”.⁴

Em reflexão sobre o funcionamento epistemológico dos instrumentos de análise próprios das Ciências Sociais, Pierre Bourdieu trata dos problemas inerentes ao espaço. Para este teórico, as lutas por autoridade no campo espacial correspondem a momentos da política governamental em matéria de ordenamento do território (BOURDIEU, 1980). Neste sentido, o autor infere que a crise de legitimidade do Estado nacional e a emergência de formas de regionalização alternativas, fenômenos esses experimentados pelas sociedades ocidentais na segunda metade do século XX, possam ser alguns dos fatores responsáveis pelo crescente interesse de historiadores pela problemática espacial.

Refletir sobre a formação territorial do Império do Brasil no século XIX é necessariamente se debruçar sobre questões concernentes ao domínio do espaço e sua institucionalização. Sendo assim, o conceito de *território* adquire centralidade neste artigo, devendo ser compreendido como suporte pelo qual pessoas e coisas são administradas, além de ser coeficiente das ações de poder.

No que concerne aos limites territoriais, esses são definidos não apenas por critérios econômicos ou geográficos, mas também e, sobretudo, por ser zona de competência institucionalizada. Assim, enquanto espaço é uma categoria geral, ilimitada, que pode gerar ambiguidades, o território chama atenção para o princípio de organização, relacionando-se intimamente às dinâmicas de poder e representação.⁵

Desta breve reflexão, percebemos que espaço e território estão longe de serem categorias de análise inócuas. Cabe, portanto, estimarmos como as reflexões de Pierre Bourdieu, Michel Foucault, Edward Soja entre outros teóricos relacionados à problemática do espaço podem nos ajudar a lidarmos com fontes corográficas sobre o espaço brasileiro.

O material para a elaboração deste artigo consiste, basicamente, em opúsculos corográficos produzidos durante o período imperial⁶, que versam sobre o território brasileiro. A sequência de análise foi estruturada no sentido de perceber o desenvolvimento do paradigma corográfico durante o período imperial. Para isto, abordamos a questão provincial no conjunto da política administrativa brasileira, de

4. Sobre os gêneros textuais, Luiz Antônio Marcuschi caracteriza-os como eventos altamente maleáveis e dinâmicos que surgem emparelhados a inovações tecnológicas e necessidades sócio culturais (MARCUSCHI, 2005, p. 19). Vale observar, como Jean-Michel Adam, que a função dessa categoria é, basicamente, ordenar e estabilizar as atividades comunicativas, classificando-as de acordo com seu enunciador, circunstâncias espaço-temporais, conteúdos, propriedades funcionais, suportes, estilo e composição. Adaptados à metodologia da pesquisa histórica, a análise de gêneros textuais torna-se uma ferramenta no trato das corografias oitocentistas, auxiliando-nos a identificar as características temáticas, estilísticas e estruturais que remetem essas obras ao discurso de conhecimento do território (ADAM, 1997, p. 665).

5. Em estudo sobre os mecanismos de representação e produção do território francês na modernidade, Jacques Revel observa que o conhecimento do território é condição inseparável do exercício da soberania, fazendo parte essencialmente do segredo de Estado (REVEL, 1989, p. 103).

6. Os opúsculos analisados são: 1) *Corographia Brasílica ou Relação Histórica Geographica do Brasil* (1817), de Manoel Ayres de Casal; 2) *Corographia ou abreviada História Geographica do Império do Brasil* (1829), de Domingos José Antonio Rebello e 3) *Diccionario Topographico do Imperio do Brasil* (1834), de José Saturnino da Costa Pereira.

maneira a identificar nuances do processo de unificação territorial que caracterizou o Estado nacional no século XIX.

Corografia: gênero e características

Hoje em dia pouco utilizado, o termo *corografia* era empregado com frequência no passado para designar obras que tinham como fundamento a descrição pormenorizada de um objeto espacial. Como qualquer gênero textual, o gênero corográfico é de difícil definição formal, devendo ser contemplado em seus usos e condicionamentos sociocomunicativos.

O paradigma de sistematização do espaço ao qual fazemos referência foi estabelecido pelos gregos, os quais distinguiam três especialidades de percepção visual: a *topographia*, que descrevia as condições de um lugar (*topos*); a *khôrographia*, representando o caráter único das regiões (*khôroi*); e a *gêographia*, caracterizada pela preocupação com a totalidade da Terra (*gê*). Era na alternância, e não na oposição, entre estes elementos que residia a essência do conhecimento geográfico (CLAVAL, 1999, p. 189)

O gênero corográfico foi, portanto, produto e produtor de modalidades específicas de elaboração de conhecimento sobre o espaço. Desde suas origens, as corografias estiveram fundamentadas em princípios textuais e convenções estilísticas, os quais serviram para organizar e dar sentido ao discurso de inventário de riquezas.

A principal característica que confere identidade e polissemia ao gênero corográfico é o compromisso deste com a descrição qualitativa de uma *região*⁷. Vale observar que, nas corografias, o emprego da linguagem visual, da *pintura de palavras*, tornou-se uma convenção estilística para se detalhar os aspectos de um objeto espacial.

Ademais, por tratar da constituição de uma região em sua especificidade, identificamos no paradigma corográfico certas semelhanças com a pesquisa antiquária, praticada por eruditos desde o Renascimento. Ambas as formas de conhecimento baseiam-se no tratamento sistemático das informações. Assim, enquanto o antiquariato descobre uma moeda antiga e sobre ela discorre exaustivamente, o corógrafo representa uma vila ou cidade de maneira pormenorizada e crítica.

O texto predominantemente descritivo das corografias se articula, por sua vez, em outra característica importante do gênero, que é a taxonomização do mundo e hierarquização dos elementos que o compõe. Não raramente, as corografias do século XIX trazem tabelas e sumários nos quais discriminava-se toda a matéria que iria ser descrita na obra. Assim, ao submeter a região aos princípios de classificação corográfica, o que se estava buscando era o controle de uma realidade dinâmica e multifacetada.

Complementariamente à perspectiva linear, o olhar corográfico se desenvolveu de maneira a submeter o espaço ao domínio hegemônico do intelecto e da razão. Sendo

7. Como categoria de análise, região é uma unidade que compreende diversas características, podendo ser utilizada para designar diversos níveis dentro de uma taxonomia. Sendo assim, uma região pode designar tanto uma fração do Estado nacional como um agrupamento de municípios que tenham em comum características econômicas, culturais e/ou geográficas. A definição desse termo, portanto, não é alvo de consenso: varia de acordo com a perspectiva teórica adotada para analisar determinado fenômeno espacial. Para uma compreensão mais pormenorizada do termo, ver: FRÉMONT, 1980; TUAN, 1980; RONCAYOLO, 1986; BEZZI, 2004.

assim, não é estranho que a perspectiva corográfica tenha predominado em documentos de caráter militar, estratégico e estético, tais como mapas, roteiros de viagens e mesmo em obras pictóricas dos gêneros natureza-morta e paisagístico.

Contudo, por mais que busque a síntese da essência de determinada região, todo exercício de descrição corográfica tem seus limites, e esses se traduzem na impossibilidade de representação do espaço real tal como ele se coloca às vistas do observador. Isto porque, nos explica Edward Soja:

O que se vê ao olhar para as geografias é obstinadamente simultâneo, mas a linguagem dita uma sucessão seqüencial, um fluxo linear de afirmações elocutivas, limitada pela mais espacial das restrições terrenas, a impossibilidade de dois objetos (ou palavras) ocuparem exatamente o mesmo lugar (como numa página). Tudo o que podemos fazer é recompor e justapor criativamente, num experimento com afirmações e inserções do espacial no veio preponderante do tempo (SOJA, 1997, p. 9).

Por conta desta limitação fundamental, o mais minucioso dos inventários do espaço será sempre uma construção, resultado da seleção de elementos historicamente determinados. A natureza, sob os olhos do corógrafo, torna-se portanto *paisagem*⁸, entendida como uma forma de ver o espaço e nele atuar material e simbolicamente de vez a produzir impressão de ordem e controle.

Do Reino à Regência: corografias do Brasil

As novidades tecnológicas e técnicas do século XIX acabariam por modificar não apenas as formas de percepção do espaço, como também as modalidades de representação do mesmo. Na busca por atender às necessidades de consumo do público leitor e estimular a produção de conhecimento, os editores da época adaptaram o gênero corográfico a textos de diferentes naturezas e suportes materiais.

Nesse contexto, a corografia tomou forma do que conhecemos hoje por História Local, produção historiográfica que diz respeito a umas poucas aldeias ou cidades inseridas em uma região. Este novo gênero textual consistia numa mescla de descrição topográfica e narrativa histórica. Também é característica deste tipo de historiografia o tratamento sistemático das informações, bem ao modelo da pesquisa antiquária, além de referência a personalidades locais, num tom muitas vezes sentimental e laudatório.

Mas o que fazia da região objeto tão interessante aos olhos dos homens do Oitocentos? Pierre Goubert estima que, por um longo período, pelo menos até que as idéias passassem a circular mais rapidamente e os homens se deslocarem com mais frequência e rapidez, o ponto de referência da maioria das pessoas era a paróquia

8. O conceito paisagem foi trabalhado por Denis Cosgrove em suas relações com a perspectiva linear e a noção de *landschaft*, própria da cultura alemã. Na concepção do autor, a paisagem é uma maneira de ver, resultado de uma apropriação simbólica do indivíduo que compõe e estrutura o espaço de acordo com princípios geométricos (COSGROVE, 1985). Para Alan Baker, geógrafo que estuda as relações disciplinares entre Geografia e História, paisagem não é apenas uma maneira de ver, mas também uma maneira de pensar e agir, em suma, uma construção social, tanto intencional quanto espontânea (BAKER; BIGGER, 2006). O geógrafo Paul Claval, por sua vez, concebe a paisagem como suporte de representações espaciais e matriz cultural que contribui para transmitir usos e significações de uma geração à outra (CLAVAL, 2006).

natal ou uma pequena cidade e seus arredores (GOUBERT, 1972). Daí que, num tipo de vida tão confinada, as atividades intelectuais e o próprio olhar sobre o espaço fossem investidos de um forte sentimento de *amor pátrio*. Vale observarmos que, na etimologia, os termos *pátria* e *país* derivam de uma mesma raiz histórica, ambos designando lugares de origem de uma determinada comunidade, espaços cotidianos carregados de grande valor afetivo e simbólico.

Outra hipótese para a predileção oitocentista pela História Local ao invés de uma síntese histórica geral é a de que, àquela época, os territórios nacionais ainda não haviam sido consolidados a ponto de poderem ser inventariados, sem que se diluíssem numa multiplicidade de regionalismos. Nesse sentido, o paradigma corográfico seria expressão do nível de identidade espacial mais elementar partilhado pelos habitantes de determinada região.

No Brasil, os processos de elevação à categoria de Reino e, posteriormente, de Independência política, ocorridos na primeira metade do século XIX, expandiram a noção de espaço entre as elites provinciais; alterando-se nelas a maneira de ver o mundo e de nele se representarem e se reconhecerem. Em poucas décadas, instituições que faziam parte do legado colonial português foram desativadas ou se transformaram em outras realidades.

O desejo de alinhar as diversas peças que compunham o grande mosaico imperial brasileiro, sujeitando-as à supremacia do governo central, foi manifestado nas mais diversas esferas de poder. No âmbito político, por exemplo, o sancionamento da Carta Constitucional de 1824 confirmou o papel fundamental a ser desempenhado pelo Imperador na gestão administrativa das províncias, através da nomeação direta dos presidentes provinciais.

Tendo em vista a instituição de um passado comum, os agentes da formação nacional empreenderam uma série de resignificações acerca de alguns temas consagrados, como o bandeirismo e a descoberta de ouro nas Minas. Outras temáticas próprias da geografia brasileira sofreram processos de reescrita e adaptação ao projeto maior de civilização dos trópicos. Lembramos que, desde a década de 30 do século XIX, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) constituiu-se num espaço privilegiado, mas não único, para se pensar questões relativas ao passado, presente e futuro nacional.

Anteriormente à institucionalização do conhecimento promovida pelo IHGB, o paradigma corográfico já vinha sendo exercitado por viajantes estrangeiros, religiosos e aventureiros locais, que nos legaram suas impressões, mormente sob a forma da oralidade. Um dos primeiros esforços de compilação e sistematização de informações gerais sobre o território luso-brasileiro foi feito por Manuel Aires de Casal, padre de origem portuguesa e presbítero secular do Crato, região da província do Ceará.

Sua obra *Corographia Brasílica ou Relação Histórico Geographica do Brasil*, publicada pela Imprensa Régia em 1817, investe-se de grande importância para a história da leitura no Brasil, não apenas por ter sido o primeiro livro editado nesse país, como também por ter se constituído verdadeiro modelo corográfico para empreendimentos posteriores.

Observamos que a obra foi dedicada a D. João VI, fato que nos sugere que, ainda naquela época, a Coroa promovia e legitimava o conhecimento do espaço luso-

brasileiro. Na dedicatória ao monarca, seguindo os códigos de louvor do Antigo Regime ainda vigentes, Aires de Casal descreve as dificuldades enfrentadas na elaboração da corografia, buscando alcançar a legitimação real de seu empreendimento:

Persuado-me que uma tal obra merecerá o acolhimento que V. R. Majestade costuma prestar a tudo que pode ser útil a seus vassallos, a cujo proveito sacrifiquei os melhores anos da minha vida, empreendendo esta obra original, e tão superior às minhas forças, e cabedais, que por vezes, descorçoado à vista de um tropel de dificuldades, determinei abrir mão da empresa: Assim aconteceria se não me dominasse uma simpatia por esta ciência encantadora e conjuntamente me alentasse amigos inteligentes e patriotas receosos de que os meus trabalhos e fadigas descessem comigo à sepultura (CASAL, 1945, p. X).

Dessa forma, o autor de *Corographia Brasílica* atribuía o êxito de seu trabalho à simpatia que nutria pela corografia, “esta ciência encantadora”, nas suas palavras. Além disso, ao evocar o alento que recebera amigos preocupados com a publicidade de sua obra, Aires de Casal nos fornece subsídios para afirmar que, durante o reinado joanino, as corografias eram realmente empreendimentos coletivos de forte cunho político.

O conteúdo da *Corografia Brasílica* divide-se em dois tomos: no primeiro, além do texto de introdução, são listadas as províncias do centro-sul, com suas respectivas vilas e cidades. O segundo tomo apresenta dados relativos à província do Rio de Janeiro e às demais províncias setentrionais. No conjunto da obra, cada capítulo é uma unidade textual que independe das demais. Porém, se lidos sequencialmente, eles prefiguram uma totalidade, fornecendo uma noção de Reino do Brasil, mesmo que esta ainda não fosse clara aos agentes da formação nacional nas primeiras décadas do século XIX.

Quanto ao direcionamento lógico da *Corografia Brasílica*, estimamos que ele tenha se orientado no sentido da afirmação da unidade nacional: para Aires de Casal, as diversidades regionais existiam em função da totalidade, e não o inverso.

A guisa de introdução, o autor faz referência a uma tópica discursiva recorrente nas corografias do período, qual seja a contextualização da empresa colonizadora portuguesa no processo mais amplo de descobrimento e exploração do continente americano. Intercalada ao texto introdutório, a transcrição daquela que era considerada a certidão de nascimento da nação brasileira, a carta de Pero Vaz de Caminha, datada de 1500.

O imperativo econômico fica patente na passagem em que o autor localiza o território luso-brasileiro no contexto das relações comerciais. Para ele, a América, “segunda das quatro partes da terra em grandeza, e que por si só forma um hemisfério, ou a metade do globo terrestre” (CASAL, 1945, p. 17) era composta de duas partes, norte e sul, sendo que

na Meridional está o Brasil, a mais oriental das seis províncias, em que os geógrafos a dividem; e fica entre o Equador e o paralelo de 55 graus de latitude austral, na mais vantajosa situação para o comércio, não só com o restante da América, mais ainda com as três partes do Antigo Mundo (p. 17).

No processo de instituição dos marcos de orientação, os cursos de água foram considerados balizas ideais, na medida em que desenhavam uma linha contínua e bem

visível na superfície do território nacional. Eram também divisões mais perenes que os marcos de pedra ou de madeira, pois estes podiam ser quebrados ou mudados de lugar de acordo com os interesses de uma ou outra parte conflitante. Nesta citação, percebemos como o autor atribui aos rios a qualidade imanente de dividir circunscrições territoriais:

Esta vasta região [Brasil] tem ao norte o Oceano Atlântico, e o Rio das Amazonas ou Maranhão, que a separa da Província de Terra-Firme; ao meio-dia o golfo, que recolhe o Rio da Prata; ao oriente o mencionado Oceano; ao poente o Rio Paraguai, que corre do norte para o sul, e o Madeira, que corre em contrario; vindo a ser uma península, cujo istmo, que tem mui poucos côvados de largura, fica entre as origens dos rios Aguapeí e Alegre, que são ramos secundários daqueloutros (p. 20).

A natureza brasileira limitava-se por um circuito hidrográfico formado pelos rios Amazonas, da Prata, Paraguai, Madeira e pelo Oceano Atlântico, perfazendo uma contiguidade territorial. Ao relacionar os componentes corográficos do Reino do Brasil, Aires de Casal demonstra, assim, uma visão de síntese em vias de formação.

Quanto ao conteúdo específico sobre as províncias do Brasil, este encontra-se dividido entre os dois tomos. No primeiro, além do texto de introdução, são listadas as províncias do centro sul, com suas respectivas vilas e cidades. Notemos que as descrições dessas unidades administrativas normalmente vinham acompanhadas de comentários sobre a potencialidade econômica delas, arrolando-se produtos minerais, agrícolas e pecuários.

O segundo tomo, por sua vez, inicia-se com dados relativos à província do Rio de Janeiro, seguida das províncias setentrionais. O que concluímos desta organização é que ela reproduz e legitima um modelo de hierarquização do espaço imperial luso-brasileiro, no qual as províncias mais próximas à Corte prevaleciam na ordem de importância sobre as demais.

Com esses dados, estimamos que Aires de Casal tenha contribuído substantivamente para o estado da política econômica de sua época, uma vez que sua obra buscasse o aproveitamento dos recursos naturais de que dispunha o Reino do Brasil. Ademais, o crescente interesse da corte joanina pelos assuntos da terra brasileira e o desejo de regenerar o império luso-brasileiro foram condições que possibilitaram o aparecimento desse tipo de inventário corográfico.

O regionalismo que ganhou contornos mais acentuados no Brasil após a Independência política não se desenvolveu antagonicamente ao sentimento de identidade nacional, mas, sim, sob o signo de um pacto político de privilégios e concessões firmado entre as províncias e o governo central. Nesse contexto, notamos a presença da visão corográfica no projeto político imperial, utilizada como recurso para forjar a nacionalidade brasileira em congruência com as identidades políticas provinciais.

Durante o Primeiro Reinado, muitas corografias foram elaboradas sob a forma de compêndios didáticos para serem utilizadas em instituições de ensino no Império. Seus conteúdos organizaram-se de acordo com as diretrizes da pedagogia da nacionalidade, objetivando lapidar o sentimento patriótico dos alunos⁹. Como exemplo deste tipo de

9. Sobre a pedagogia da nacionalidade em compêndios escolares, ver: THIESSE, 1995; ANDERSON, 2008; MELO, 2008.

material didático destacamos o título *Corographia ou abreviada História Geographica do Império do Brasil*, de Domingos José Antonio Rebello.

Esta obra, escrita por um negociante local e publicada na província da Bahia em 1829, foi oferecida especialmente aos alunos do Colégio dos Órfãos de São Joaquim, da cidade de Salvador. Logo nas advertências de leitura, impressas sob o título da obra, podemos identificar a lógica de percepção espacial do autor, que vai da totalidade do continente americano à especificidade municipal. A obra serviria, portanto:

Para uso dos seus Alunos, a fim de que adquirirem conhecimentos Geográficos preliminares d'America em geral, e seu descobrimento; e com particular individuação do Brasil; especialmente da Província, e Cidade de S. Salvador Bahia de Todos os Santos (REBELLO, 1829, folha de rosto).

Percebemos aqui o valor utilitário do conhecimento corográfico, empregado na lapidação do patriotismo e na introdução do estudante no mundo da leitura. Na concepção do autor, o estudo pormenorizado da província era ponto de partida para a ampliação dos horizontes estudantis, devendo ser empreendido antes de se conhecer a história de países estrangeiros. Ademais, as informações contidas numa obra como a de Domingos Rebello não deveriam ser extensas ou demasiado complexas, mas sim de fácil apreensão, abreviadas na medida certa para principiantes da perspectiva corográfica.

Para Rebello, era indesculpável que se ignorasse a grandeza do território nacional. A qualidade e a diversidade dos produtos naturais eram sinais evidentes da prosperidade nacional, as quais faziam do Brasil, nas suas palavras, um “mimo da Natureza”:

Não é pois o intenso amor da Pátria quem agora fala; é a Natureza prodigiosa, e que espanta ver a sua constante produção neste País delicioso, e ameno nos três Reinos Mineral, Animal, e Vegetal; onde quase sempre existe (pode-se assim dizer) uma continuada Primavera, e Outono, porque em todo o ano há frutas, flores, todos os legumes, e hortaliças (p. 33).

Assim, ao reconhecer o Brasil como um país, mais especificamente o “país natal” tanto do autor quanto dos leitores, a *Corographia ou abreviada História Geographica* direcionava a perspectiva dos alunos de maneira a fazê-los perceber os particularismos de que se compunha a totalidade. Tal maneira de ver o mundo é certamente um dos elementos mais importantes na construção de qualquer identidade nacional, pois molda, desde tenra idade, a percepção espacial do sujeito, fazendo-o remeter-se sempre aos referenciais regionais e locais.

Na década de 1830, o arranjo institucional do Império viria sofrer modificações, dada a conjuntura de crise do Primeiro Reinado. No período das Regências, a despeito das instabilidades políticas e constantes ameaças de desintegração territorial, percebemos um progressivo amadurecimento do Estado nacional brasileiro, quando os interesses e motivações específicos das elites provinciais passaram a ser melhor articulados ao governo central.

Resultado de negociações parlamentares que se iniciaram em 1831, a ementa constitucional de 1834 – conhecida igualmente por Ato Adicional – promoveu um novo delineamento do perfil do Estado brasileiro com base na descentralização. Uma das principais medidas, considerada a essência descentralizadora da reforma, foi a

transformação dos Conselhos Gerais em Assembléias Legislativas Provinciais. Com isto, as províncias, que antes eram apenas unidades territoriais, passaram a dispor de um legislativo próprio.

As corografias desse contexto espelham o espírito otimista de muitos políticos e intelectuais brasileiros em relação à ampliação das franquias provinciais. Exemplo disso pode ser encontrado no *Diccionario Topographico do Imperio do Brasil*, obra de José Saturnino da Costa Pereira¹⁰, engenheiro e militar rio grandense, publicada no Rio de Janeiro em 1834.

Antes de analisarmos o conteúdo da obra, chamamos atenção para a variante do gênero corográfico praticada por Costa Pereira. Diferentemente de outras obras analisadas, cujas informações corográficas organizavam-se por diferentes critérios metodológicos e/ou políticos, esta constitui-se num dicionário topográfico, com estrutura de organização de conteúdos própria deste tipo de publicação. No prefácio do *Diccionario Topographico*, o autor fornece dados gerais sobre o Império do Brasil, cuidando de observar que a melhor maneira de se perceber a totalidade imperial seria a partir de suas particularidades provinciais:

Na vasta superficie do Brasil, abrangendo 5º de latitude ao N. do equador, e mais de 34º ao Sul; e com quase 18º de longitude nas visinhanças da Equinocial, já se vê, que o país deve apresentar aspectos mui variados, terrenos de naturezas diversas, elevações, e vales diferentemente extensos e configurados; diferentes climas, produções, etc., que não podem ser encarados debaixo de um só ponto de vista, para descreverem em geral, de maneira que se forme ideia do todo. Remetemos por isso os nossos leitores aos Artigos, em que cada uma das Províncias individualmente se descreve, e onde se faz menção, de cada um dos objetos digno de observar-se na respectiva localidade, e onde podem ser considerados singularmente, sem relação ao todo (PEREIRA, 1834, p. 1).

Nessa passagem, Costa Pereira atesta a impossibilidade de uma síntese unilateral do Brasil, visto que esse país existia sob o signo da diversidade. A melhor maneira de se vislumbrar o território do país seria, portanto, remetendo-se às especificidades regionais, as quais deveriam ser descritas em artigos independentes entre si. Isso nos revela uma lógica textual em que as diversidades perfaziam a unidade, perspectiva essa semelhante à de Aires de Casal, porém inserida em uma conjuntura política distinta da desse autor.

Mesmo tratando as províncias de maneira pormenorizada, Costa Pereira evita mencionar um importante objeto da descrição corográfica: os números de população. Isso porque “algumas notas, que podemos obter acerca da população, são baseadas em principios tão falíveis, que nenhuma confiança nos merecerão, para as transmitir aos nossos leitores” (p. XIII). O próprio autor admitia que essa omissão tornava sua obra “imperfeita” e passível de críticas. A lacuna sobre a população, contudo, não foi exclusividade da obra em questão, tendo sido notado o mesmo problema em Aires de Casal.

10. Por incumbência do governo brasileiro, esse militar escreveu diversos outros compêndios didáticos para uso da Escola Militar, tais como: *Compendio de Geografia elementar* (1836); *Elementos de cronologia* (1840); *Lições elementares de óptica* (1841); *Elementos de astronomia e geodesia* (1845); *Apontamentos para a formação de um roteiro das costas do Brasil* (1848). In: BLAKE, 1893, v.2, p. 185 – 187.

Sobre a criação das províncias, Costa Pereira comenta que “estas divisões tiveram por base o cômodo publico na administração da justiça, e o sistema de indagação dos fenômenos da natureza não pode sempre quadrar com uma divisão de território feita com diverso fim” (p. V). Assim, o autor reconhecia o caráter artificial do sistema de divisão do Império, atestando a não correspondência entre limites políticos e fenômenos da natureza.

Para Costa Pereira, a descrição parcial consistia num eficiente recurso para se delinear a superfície do Império. Contudo, ele não era adequado à representação do litoral brasileiro. Sua justificativa é a seguinte:

As descrições parciais do litoral não podem, ao contrário, oferecer ideia clara do seu complexo: a direção das Costas, os Recifes, e Baixos que as bordão; o sentido, e velocidade das correntes; os ventos gerais, as monções, as estações, etc., são circunstâncias, que se não podem considerar, conservando o sistema de divisão, em que as Províncias estão repartidas, e que nada tem de particular a estes respeitos (p. VII).

Sob essa perspectiva, o Estado nacional brasileiro fundamentava-se na diversidade de aspectos topográficos, climáticos, hidrográficos e econômicos que caracterizavam cada uma das províncias que compunham o Império do Brasil. Unidade e diversidade regional eram, assim, faces de um mesmo projeto nacional defendido por alguns políticos durante o período das Regências, o qual legitimava certas autonomias provinciais.

Ademais, podemos argumentar que, ao enunciar a existência de diferenças físicas entre as regiões, a perspectiva corográfica neutralizava outras formas de diferenciação, deslocando-as da sociedade para o plano geográfico. Sendo assim, a diversidade da natureza seria uma espécie de justificativa para as inúmeras clivagens e desigualdades sociais.

Considerações finais

Neste artigo, analisamos a construção do paradigma corográfico a partir das obras de três autores representativos desse gênero no Brasil: Manoel Aires de Casal; Domingos José Antonio Rebello e José Saturnino da Costa Pereira. É interessante observar que, embora remetam a conjunturas políticas distintas, as obras analisadas constituem uma relação de identidade textual e histórica entre si, que é pautada pela ideia de inventário das riquezas do território. Ademais, acreditamos que elas estejam circunscritas a uma tradição corográfica portuguesa, de acentuado caráter administrativo e militar, da qual fazem parte diversos inquéritos produzidos ao longo do período colonial.

Em estudo crítico para uma edição de *Corographia Brasílica*, Caio Prado Jr. analisa a formação cultural de Aires de Casal, seu método de pesquisa e fontes por ele consultadas, avaliando as contribuições desse corógrafo para o estatuto do conhecimento geográfico no século XIX. Segundo ele, a obra em questão aparece num momento de inflexão do pensamento geográfico, quando os paradigmas da geografia clássica conviviam com uma nova ordem de concepções, fundamentada na metodologia das ciências naturais. Nesse sentido, Prado Jr. atribui a Aires de Casal “a atitude do

analista, intérprete e glosador de textos escritos, em contraste com a do observador crítico do mundo exterior, daquele que olha diretamente os fatos, neles inspira sua reflexão e deles procura concluir” (PRADO JÚNIOR, In: CASAL, 1945, p IX).

Sob essa ótica, podemos concluir que enquanto viajantes como Saint-Hilaire, Spix e Martius buscavam na natureza a corroboração empírica para suas teorias, autores como Aires de Casal e os demais analisados nesse artigo vasculhavam arquivos e bibliotecas à procura de documentos, conferindo maior credibilidade a textos consagrados do que a informações retiradas diretamente da natureza. Isso, contudo, não os desqualifica como detentores de um método crítico de análise, pois, se os objetos de representação corográfica – rios, montanhas, planícies, serrados, etc. – eram, em rigor, os mesmos para viajantes e corógrafos de gabinete, os olhares que sobre eles incidiam eram muito diferentes.

Compreendidas sob essa perspectiva, as corografias oitocentistas se afiguram como lugares de resistência a projetos políticos e intelectuais hegemônicos. A coexistência de paradigmas de percepção espacial não foi, portanto, harmoniosa, evidenciando-se em uma série de disputas pelo monopólio da definição legítima de território nacional. Essa hipótese é válida para refletirmos sobre os processos de formação da identidade política nacional e produção do território brasileiro, além de nos instar a perceber o paradigma corográfico sob a perspectiva do embate e da descontinuidade.

Vimos, portanto que, no processo de fundação da nacionalidade brasileira ocorrido na primeira metade do século XIX, a visão corográfica desenvolveu-se em concomitância com a ordem política do Estado, ora reiterando o modelo de hierarquização espacial vigente, ora fornecendo subsídios para críticas ao sistema de divisão territorial. Nesse contexto, a exaltação corográfica das qualidades de uma região ganhou dimensão especial, prefigurando o gosto romântico pelo que havia de único em cada localidade. Esse recurso, ademais, se mostrava poderoso recurso de argumentação política utilizado pelas elites locais para fundamentar projetos políticos e interesses econômicos específicos.

Fontes Documentais e obras de referência

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1883. 2 vols.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1713.

CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasílica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1945.

PEREIRA, José Saturnino da Costa. *Diccionario Topographico do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Commercial de P. Gueffier, 1834.

REBELLO, Domingos José Antonio. *Corographia ou abreviada História Geographica do Imperio do Brasil*. Salvador: Typ. Imperial e Nacional, 1829.

Referências

- ADAM, Jean – Michel. Genres, textes, discours: pour une reconception linguistique du concept de genre. *Revue belge de philologie et d'histoire*, t. 75, n. 3, p. 665 – 681, 1997.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAKER, Alan R. H.; BIGGER, Gideon. *Ideology and Landscape in Historical Perspective*. New York: Cambridge University Press, 2006.
- BEZZI, Meri Lourdes. *Região: uma (Re) visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. L'identité et la représentation. In: *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 35, p. 63 – 72, nov. 1980.
- BRAUDEL, Fernand. *The Mediterranean and the Mediterranean World in the Age of Philip II*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- CLAVAL, Paul. Orientar-se e reconhecer-se. Marcar, recortar, institucionalizar e apropriar-se do espaço. In: *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1999. p. 189 – 218.
- CLAVAL, Paul. As abordagens da Geografia cultural. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). *Explorações geográficas*. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. p. 89 – 117.
- COSGROVE, Denis. Prospect, perspective and the revolution of landscape idea. In: *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 10, n. 1, p. 45 – 62, 1985.
- FOUCAULT, Michel. Des espaces autres. In: *Empan*, n.54, p. 12 – 19, 2004.
- FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina, 1980.
- GOUBERT, Pierre. Local History. In: *Historical Studies Today*. New York: W. Norton & Co., 1972.
- JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo de emergência da identidade nacional brasileira) In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000, p.129 – 175.
- MARCUSCHI, Luiz Antonio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Ângela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005. p. 19 – 36.
- MELO, Ciro Flávio Bandeira de. *Senhores da história e do esquecimento: a construção do Brasil em dois manuais didáticos de História na segunda metade do século XIX*. Belo Horizonte: Argumentum, 2008.
- PRADO JÚNIOR, Caio. A Evolução da Geografia e a posição de Aires de Casal. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 19, p. 71 – 97, 1955.
- REVEL, Jacques. *A Invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989.

RONCAYOLO, Marcel. Região. In: ENCICLOPÉDIA *Einaudi*. Porto: Imprensa Nacional, 1986, p.161 – 189.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.

THIESSE, Anne-Marie. Ensinar a pátria pela região. In: *Educação - Revista do Centro de Educação UFSM*, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 13 – 27, jan/abr 2009.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.